

PAULO CASTRO SEIXAS

## Editorial

As políticas públicas são a expressão da identidade do Estado na sua relação com a sociedade. A legislação, os desenhos institucionais e os seus modelos de gestão e a relação com os parceiros sociais e os cidadãos em tal processo evidenciam a forma como o Estado se vê a si próprio e à sociedade. Em Portugal, um Estado historicamente centralista e com uma forte distância entre políticos e cidadãos, as políticas públicas têm sido a expressão disso mesmo, centrando-se na legislação enquanto *hard power*, tornando o papel dos parceiros sociais exceção ou mitigando a sua participação quando a mesma foi importante e menorizando tantas vezes o papel das práticas sociais e culturais enquanto *soft power* que dão corpo efetivo e podem mesmo moldar de forma diferenciada tais políticas públicas.

A relevância das políticas públicas enquanto planeamento social e identidade cidadã não está devidamente representada no papel que a universidade e a ciência, mormente as ciências sociais, lhes consagram. Pode-se mesmo dizer que a universidade enquanto instituição tem contribuído para o ocultamento especificamente do contributo da sociedade civil e dos cidadãos nas possibilidades de construção participativa e mesmo colaborativa das políticas públicas. Por um lado, em muitas das licenciaturas as disciplinas tangenciais a esta área, quando existiam, eram apenas relativas à legislação, traduzindo uma visão redutora e meramente administrativista das políticas públicas, pretendendo inculcar a passividade obediente a que o cidadão aparentemente estava destinado. Por outro lado, concebia-se, e porventura ainda se concebe, que as políticas públicas eram uma área de estudo específica que só determinados especialistas, os da ciência política em particular, deveriam aceder na sua plenitude. Por fim, a própria investigação científica evidencia esta divisão

ideológica do trabalho científico, não sendo os investigadores de várias áreas conscientes do contributo, nem sentindo muitas vezes que seja seu objetivo que a investigação contribua/deva contribuir para as políticas públicas nas suas várias vertentes e nos diferentes momentos do seu ciclo.

O campo das políticas públicas está, assim, permeado por uma série de tensões:

- a) Tensão entre uma visão redutora (legislativo-administrativa) e uma visão abrangente (planeamento social) das políticas públicas;
- b) Tensão entre uma visão especialista (da ciência política em particular) e uma visão interdisciplinar e internacional (de ecologia de saberes) das políticas públicas;
- c) Tensão entre uma visão funcional (aprendizagem da obediência normativa) e uma visão cidadã (parceria colaborativa de responsabilização nas opções) das políticas públicas.

Estas tensões das visões face às políticas públicas encontram o seu reflexo em tensão na conceção da instituição universitária e na investigação: por um lado a universidade entre a transmissão de conhecimento de alto nível e a aprendizagem colaborativa de investigação de relevância social; por outro lado a investigação como processo mormente operacional de contribuição para a acumulação de conhecimento ou ao invés, de análise e ensaio de novas opções socio-organizacionais, culturais e, mesmo, políticas que respondam aos desafios dos novos tempos.

Se aceitarmos que vivemos numa época em que o conhecimento se tornou um fator de produção, a universidade deve conceber-se como instituição ativadora da produção mais do que da reprodução de conhecimento: novos produtos, novos conceitos, novas marcas, novas organizações, novas formas de vida, novas ecologias do saber...

A revista CPP – Ciências e Políticas Públicas pretende impor-se como um lugar de comunicação e discussão de uma produção de conhecimento de tipo abrangente, interdisciplinar e cidadã das políticas públicas. A CPP é um fórum de pesquisadores centrados na relevância da ciência pública e da investigação em políticas públicas, atribuindo um espaço crescentemente equivalente entre os investigadores que se focam em políticas públicas em função de artigos de fundo; investigadores que reportam contributos, parcerias e envolvimento em políticas públicas em função de pequenos artigos e entrevistas a investigadores que têm um papel de parceiros ativos em políticas públicas e cujos contributos não chegariam ao conhecimento académico, ficando exclusivos em relatórios relativos à idealização ou/e formulação de políticas públicas.

Este volume da CPP é um contributo claro neste caminho. Para além de um leque de artigos de fundo abordando várias áreas das políticas públicas, inauguramos a secção de Investigação em Diálogo. Destacamos neste editorial esta secção em que evidenciamos duas parcerias nas quais investigadores do CAPP se envolveram em políticas públicas de abrangências diferentes. O contexto da entrevista ao investigador Avelino Oliveira é o da elaboração do relatório para a participação portuguesa no Habitat III, de 2016, e que foi precedido pelas conferências Habitat I (em 1976) e Habitat II (em 1996). Trata-se de criar a Nova Agenda Urbana para um desenvolvimento sustentável no séc. XXI, cuja relevância motiva a presente entrevista. Já a entrevista ao investigador Fernando Serra é a evidência da inserção do CAPP nesta nova agenda, pela importância atribuída à governação local, pela abertura desta a processos de governança e pela relação entre investigação, governação local e desafios do século XXI, especificamente o desafio da gestão de sociedades envelhecidas. É em face de tal desafio que o planeamento gerontológico — no presente caso, uma parceria com o Município da Amadora — se releva central em políticas públicas de cidades.

Com o desígnio de continuar a aprofundar uma conceção de políticas públicas abrangente, de ecologia dos saberes e de construção de uma identidade cidadã, a CPP – Ciências e Políticas Públicas está aberta a todos aqueles que queiram partilhar este caminho connosco.

